

**SUBCOMITÊ PERMANENTE DE ZELADORIA URBANA - DECRETO 59.249/2020**  
**RESUMO EXECUTIVO da 15ª Reunião, 25 de agosto de 2021**

**Presentes:** Maria Luiza Gama (SMDHC), Luiza Trotta (SMDHC), Bruna Oliveira (SMDHC), Alderon Costa (Rede Rua), Júlia Lima (Assessoria Suplicy), Roseli (RPR), Cleiton Ferreira (É de Lei), Marcos Souza, Verônica Brito Martines (Clínica Luiz Gama), Márcia Izzo, Robson Mendonça (MEPSR), Neiva Maria de Paula (Subprefeitura da Sé), Robson Mendonça, Alcyr Neto (Ouvidoria Direitos Humanos), Sérgio Ferreira (SMSU), Rosiene Silvério, Giovanna Carlos (SMDHC)

**RESUMO EXECUTIVO:**

A reunião começou com a Sra. Maria Luiza Gama (SMDHC) repassando os informes. O primeiro diz respeito às formações de agentes de zeladoria urbana que foram realizadas nos dias 2, 3, 5, 9, 10 e 12 do mês de agosto. No total, 150 servidores passaram pela instrução, sendo 30 da zeladoria e 120 agentes de SEAS. O evento aconteceu na Secretaria de Justiça. Outras formações vão ocorrer nos dias 27 e 30 de agosto, a pedido da Subprefeitura da Sé.

Em seguida, a Sra. Maria Luiza inicia a pauta de devolutivas das denúncias. A denúncia inscrita pela Coovereadora Carolina, da Bancada Feminista, foi enviada para Ouvidoria de Direitos Humanos em junho e, até então, não teve resposta da subprefeitura da Sé. A SMDHC entrou em contato pedindo celeridade na devolução mas também não teve resposta. O Sr. Alcyr Neto, da ouvidoria de direitos humanos, informou que essa denúncia corre no sistema desde o dia 20 de julho, ainda aguardando resposta. O Sr. Alderon Costa (Rede Rua) questiona sobre a existência de prazos, em resposta, Alcyr afirma que existe um prazo normativo de 20 dias que pode ser prorrogado, caso não respondido, a ouvidoria geral do município é notificada e tem uma baixa na integridade. A Sra. Julia Lima (Assessoria Vereador Eduardo Suplicy) aponta que o trâmite é ruim e isso pode desestimular as denúncias. Maria Luiza aponta que devemos pensar novas estratégias para solucionar o problema, para tanto, a proposta é uma reunião com a ouvidoria dos direitos humanos. O relatório semestral (que vai abordar 2020 e 2021), ficou para o dia 29 de setembro. Em falas abertas, as/os participantes demonstraram angústias com a demora do fluxo de denúncias, sobretudo em comparação com o número de

ações realizadas diariamente. A Sra. Rosiene, por exemplo, cita um grave caso de apreensão de pertences essenciais como documentos, Julia Lima pede para Rosiene formalizar o caso para contar no registro de denúncias. A fala do Sr. Wilherson (Defensoria) aponta para uma agilidade da devolução de pertences, propondo um contato direto com os fiscais das equipes.

Definiu-se como pautas da reunião com as Subprefeituras com maior concentração de pessoas em situação de rua: melhoria no curso institucional de denúncias, devolução dos pertences (com imediatismo no caso de pertences fundamentais), entrega de contralacres, levantamento dos contatos dos fiscais responsáveis pelas ações de zeladoria, utilização de jatos d'água para limpeza das ruas, inclusão de uma/um assistente social nas equipes de zeladoria, formação das equipes de outras subprefeituras e solicitação de aviso prévio para as equipes SEAS (como previsto em legislação). Além disso, a Coordenação ficou responsável pelo contato com as subprefeituras a fim de distribuir um material com informações acerca dos direitos da população em situação de rua, sobretudo nas operações de zeladoria.

Sobre a devolutiva dos encaminhamentos, dois ofícios principais foram enviados tratando da entrega de contra lacres e da utilização de jatos d'água para limpeza. Das 17 subprefeituras, 6 responderam o ofício dos contra-lacres e 5 responderam o dos jatos d'água. Cada resposta foi anexada a um link registrado na tabela de controle no drive dos conselheiros. A Sra. Neiva, suplente da Subprefeitura Sé, afirmou que vai entrar em contato imediato com o representante titular para que as respostas sejam agilizadas.

### **Encaminhamentos:**

1. Marcar reunião com ouvidoria dos Direitos Humanos para pensar em rápidas devolutivas de pertences;
2. Reunião com as 5 subprefeituras com maior concentração de população em situação de rua (*pautas inclusas*: curso institucional de denúncias, devolução dos pertences, entrega de contralacres, levantamento de contatos dos fiscais, utilização de jatos d'água, inclusão de assistente social nas equipes de zeladoria, formação das equipes de zeladoria urbana e aviso prévio para equipes SEAs em operações de zeladoria).

3. Apresentação do relatório de denúncias no dia 29.09.2021, abordando o período de 2020 e 2021;
4. Retomar diálogo com a Secretaria de Subprefeituras para distribuição de material que informe a população em situação de rua sobre seus direitos, sobretudo durante as ações da zeladoria;
5. Inclusão das apresentações e dos questionários usados durante as formações e da planilha de controle dos ofícios no drive do Comitê;
6. Montar planilha com contatos focais de Zeladoria